



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
Quadra 502 Sul, Avenida Joaquim Teotônio Segurado - Bairro Plano Diretor Sul - CEP 77021-654 - Palmas - TO - www.defensoria.to.def.br

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### EXCLUSIVA ME / EPP

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG: 926040, por meio de seu Pregoeiro**, designado pela **Portaria nº 304 de 22 de março de 2022**, torna público que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a eventual aquisição de materiais de expediente, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I ao presente Edital. A licitação será regida pela Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal 8.538/2015, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, além das demais normas pertinentes e das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

#### 1. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO INTERNO: 23.0.000000471-5

PREGÃO ELETRÔNICO: 21/2023

DIA: 16/05/2023

HORÁRIO: 08h30min (oito horas e trinta minutos), horário de Brasília

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

CÓDIGO UASG: 926040

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e <http://www.defensoria.to.def.br/>

#### 1.1. Constitui parte integrante deste Edital

1.1.1. Anexo I – Termo de Referência

1.1.2. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

### 1.1.3. Anexo III – Modelo da Proposta Readequada

## 2. DO OBJETO

**2.1.** O objeto da presente licitação é o Registro de Preços visando a eventual aquisição de materiais de expediente, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I ao presente Edital.

**2.2.** As quantidades descritas são estimadas, e serão solicitadas de acordo com as necessidades, conforme especificações, quantitativos e rotinas descritas no ANEXO I – Termo de Referência, integrantes deste edital, independente de transcrição.

**2.3.** A licitação será realizada por item, e o critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**3.1.** A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 104.243,15 (cento e quatro mil duzentos e quarenta e três reais e quinze centavos)**, conforme Anexo I – Termo de Referência.

**3.2.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos oriundos do Tesouro Estadual, consignados no Orçamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, cuja programação é a seguinte:

**Programa de trabalho: 03.122.1143.2188 e 03.091.1173.2024**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.30**

**Fonte: 1.500.0000.000**

**UG: 49010**

## 4. DO CREDENCIAMENTO

**4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**5.1.2. O presente certame é de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.1.1. Não serão admitidos participantes cuja sanção, de suspensão temporária ou de impedimento vigente, tenha sido aplicada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, pouco importando a órbita federativa.

5.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.3.1.1. Tratando-se de licitação exclusiva a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame;

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.3.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente.

**5.3.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.3.8.** Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**5.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.1.1.** As propostas deverão consignar no(s) campo(s) apropriado(s) do sistema o preço total, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

**6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**6.6. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação.**

**6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.**

**6.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET**

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1.** Valor unitário e total do item;

**7.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**7.6. O preenchimento da proposta no sistema comprasnet não isenta o licitante de encaminhar a proposta inicial a que se refere o subitem 6.1.**

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

**8.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**8.10.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 8.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19.** O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.21.1.** no País;
- 8.21.2.** por empresas brasileiras;
- 8.21.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.21.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.22.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.23.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.23.2.** A negociação pode se resumir à provocação do licitante para se manifestar quanto à possibilidade de redução do preço no prazo que o Pregoeiro assinalar, prevalecendo a última proposta em caso de silêncio.
- 8.23.3.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, podendo desde logo desclassificá-la acaso constatado desatendimento das demais condições de participação ou habilitação.

## 9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se preço máximo o valor estimado para o item.

9.2.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas dos licitantes que sejam inferiores a 70% **do mais baixo entre os valores previstos no art. 48, § 1º, “a” e “b” da [Lei 8.666/1993](#). Isto é: (a) o valor orçado pela administração pública e (b) a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela administração.**

9.2.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.2.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.**

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.6. O Pregoeiro deve encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro novamente verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**10.1.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.1.3.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.1.3.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.1.3.3.** Constatada a existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**10.1.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.1.5.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**10.2.1.** Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF devem ser encaminhados.

**10.2.2.** A consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pelo Pregoeiro, constitui meio legal de prova para fins de habilitação, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**10.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**10.3.1.** Documentos complementares são aqueles que se prestam à confirmação dos já apresentados, vedada a inclusão de documento que deveria ter sido cadastrado para habilitação juntamente com a proposta inicial.

**10.3.2.** A vedação da inclusão de documento novo não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e que não foi juntado com os demais documentos de habilitação e/ou proposta, por equívoco ou falha. (Acórdãos TCU - Plenário: 1.211/2021, 2.443/2021, 2.568/2021, 468/2022 e 988/2022).

**10.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes do licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.7.** Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



## **10.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**10.8.1.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.8.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**10.8.3.** No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**10.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**10.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**10.8.6.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**10.8.7.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971

**10.8.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.8.9.** Cédula de identidade ou documento equivalente qualquer que seja a modalidade empresária.

## **10.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**10.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**10.9.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.9.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.9.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.9.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.9.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

## **10.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**10.10.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**10.10.2.** Balanço Patrimonial acompanhado do resultado do último exercício social, exigível e apresentado na forma da lei, registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante; ou Balanço Patrimonial via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – SPED, com recibo de entrega, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Na apresentação do Balanço Patrimonial digital, a autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;

**10.10.3.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**10.10.4.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

**10.10.5.** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**10.10.6.** As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**10.10.7.** Para fins de habilitação será considerado como data de validade do balanço patrimonial o dia 30 de abril.

**10.10.8.** Sendo o participante filial também será aceito balanço patrimonial e atestado de capacidade técnica em nome da matriz, conforme Acórdãos Plenário 3.056/2008 e 1277/2015, TCU.

## **10.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.11.1.** Caso não conste qualificação técnica junto ao SICAF, ou o atestado ali inserido seja incompatível, deverá o licitante detentor da melhor proposta apresentar cópia de 01 (um) atestado de capacidade técnica ou certidão, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento da emitente que conste a razão social, o CNPJ, o objeto contratado que comprove ter a licitante fornecido o bem ou serviço, de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação e dados para contato.

**10.11.1.1.** Os atestados deverão referir-se ao fornecimento de materiais/serviços no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e compatíveis, em característica, com o objeto desta licitação.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**11.2.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**11.2.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**11.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**11.4.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**11.5.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**11.6.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**11.7.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**11.8.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**12.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**12.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**12.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**12.1.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção ao fornecedor registrado, se for o caso.

**12.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**12.2.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**12.3.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**12.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**12.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**13.2.** Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**13.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.4.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail: **cpl@defensoria.to.def.br**, ou diretamente na CPL.

### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**14.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**14.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**14.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**15.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **16. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VIGÊNCIA E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.** A assinatura da Ata de Registro de Preços se dará na modalidade eletrônica, devendo o representante legal do licitante vencedor providenciar seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI da DPE-TO, através do banner correspondente no sitio da DPE-TO.

**16.3.** Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

**16.4.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

**16.5.** Firmada a Ata de Registro de Preços entre o licitante vencedor e a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, seus signatários passarão a denominar-se: Fornecedor Registrado e Órgão Gerenciador, respectivamente.

**16.6.** A Ata poderá ser firmada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação do licitante vencedor.

**16.7.** Ao firmar a Ata, o Licitante vencedor, quando solicitado pelo Órgão Gerenciador, obriga-se a fornecer os materiais/serviços a ele adjudicados.

**16.8.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

**16.9.** Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, **o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**16.10.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**16.11.** Para fins de autorização, **só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam**, por órgão ou entidade solicitante, **a cinquenta por cento** dos quantitativos **dos itens** registrados na Ata de Registro de Preços.

## **17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**17.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

**17.2.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**17.3.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**17.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**18.2.** O cancelamento do seu registro poderá ser:

**18.2.1.** A pedido do próprio Fornecedor Registrado, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**18.2.2.** Por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

a) O fornecedor registrado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) O fornecedor registrado não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) O fornecedor registrado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

**18.3.** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão Gerenciador fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR REGISTRADO**

**20.1.** As obrigações do Órgão Gerenciador e do Fornecedor Registrado são as estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

## **21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar documentação exigida para o certame;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado em edital;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter as condições ofertadas em sua proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do ajustado;
- g) Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;
- h) Cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no instrumento convocatório e nota de empenho, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
- b) Multa compensatória / indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor Contratado;
- c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor solicitado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

22.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

22.5. Caso não seja pago na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante ou cobrada judicialmente;

22.6. Além das penalidades citadas, a Contratada ficara sujeita, ainda, no que couber, as demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;

22.7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, será garantido o contraditório e a ampla defesa.

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@defensoria.to.def.br](mailto:cpl@defensoria.to.def.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Quadra 502 Sul, Avenida Teotônio Segurado, Palmas – TO, CEP: 77021-654, seção de protocolo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

23.3. Caberá o Pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados o Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. Concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, bem como publicadas na página da DPE-TO e vincularão os participantes e a administração.

### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



**24.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**24.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**24.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**24.11.** Fica assegurado à DPE-TO, mediante justificativa, o direito de, a qualquer tempo, e no interesse da Administração, revogar a presente licitação no todo ou em parte.

**24.12.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.**

**24.13.** Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

**24.14.** **É responsabilidade da licitante o acompanhamento das publicações oficiais referentes ao presente procedimento licitatório, inclusive o acompanhamento da situação do certame no site da Defensoria Pública do Estado do Tocantins independentemente dos dados constantes do sistema Comprasnet.**

**24.15.** **Em caso de indisponibilidade do sistema Comprasnet para o licitante é dever deste comunicar imediatamente o Pregoeiro via telefone no nº (063) 3142-0567, sob pena de assumir o ônus disposto no subitem 6.4 deste Edital.**

**24.16.** **São válidas todas as comunicações ou notificações encaminhadas aos licitantes via correio eletrônico nos endereços por eles indicados em suas propostas ou constantes do SICAF, contando-se os prazos a partir da data do envio.**

**24.17.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.defensoria.to.def.br/> e <https://www.compras.gov.br/> (UASG: 926040), permanecendo os autos do processo administrativo com vista franqueada aos interessados que a solicitarem.

**24.18.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro em conformidade com a legislação preambularmente indicada.

**24.19.** Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Palmas-TO, com exclusão de qualquer outro.

**Pedro Alexandre Conceição A. Gonçalves**  
**Primeiro Subdefensor Público-Geral**

**Andreia Machado R. Silva**  
**Pregoeira**



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Alexandre Conceição A Gonçalves, Primeiro Subdefensor Público-Geral**, em 26/04/2023, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andréia Machado Ribeiro Silva, Pregoeira (a)**, em 26/04/2023, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0754042** e o código CRC **34215A45**.

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos materiais objetiva o abastecimento do estoque institucional, a fim de atender às demandas das diversas unidades defensoriais em todo o Estado, considerando que os itens previstos são essenciais à consecução das atividades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, sejam de natureza finalística ou administrativa.

2.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços deve-se a natureza do objeto, que diz respeito a material de consumo, fato que implica a necessidade de contratações frequentes, não sendo possível definir com exata precisão o quantitativo a ser demandado, nos termos do art. 3º, incisos I e IV do Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

2.3. O tipo de licitação adotado é o de menor preço por item, conforme definido no art. 45, § 1º, inc. I da Lei 8.666/1993. Ainda, o certame será realizado na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, considerando ser o objeto de natureza comum, nos termos do art. 3º, inc. II do Decreto nº 10.024/2019, ampliando, dessarte, a competitividade e favorecendo, por conseguinte, a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

### 3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	20	CX	ALFINETE PARA MAPA E/OU QUADRO DE CORTIÇA, EM AÇO GALVANIZADO, CABEÇA COLORIDA DE PLÁSTICO, MEDIDA APROXIMADA DE 06 MM E COMPRIMENTO DE 10MM (CAIXA COM 50 UND.)	R\$ 5,53	R\$ 110,60
02	50	UND	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO BASE PLASTICA ABS DE ALTA RESISTENCIA, SUPERFICIE EXTERNA EM ESPUMA A BASE DE FELTRO, COM PORTA MARCADOR DE QUADRO BRANCO. MEDIDAS APROXIMADAS; COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA : 16CMX 6CMX3,5CM.	R\$ 17,02	R\$ 851,00
03	150	UND	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL METAL, TIPO ESCOLAR, COR PRATEADO, TAMANHO PEQUENO, QUANTIDADE FUROS 1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM DEPÓSITO	R\$ 1,54	R\$ 231,00
04	50	UND	BANDEJA DUPLA DE DOCUMENTOS, MATERIAL: ACRÍLICO, COR: TRANSPARENTE Medidas Aproximadas: 37 X 25 cm	R\$ 40,15	R\$ 2.007,50
05	150	UND	BASTÃO DE COLA QUENTE GRANDE, COM MEDIDAS: 11 MM DE DIÂMETRO E 30 CM DE COMPRIMENTO (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 1,99	R\$ 298,50
06	70	UND	BATERIA NÃO RECARREGAVÉL, ALCALINA, TENSÃO NOMINAL DE 9V (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 8,46	R\$ 592,20

07	50	UND	BATERIA DE LITIO - CR2032 3V PARA CALCULADORA HP (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 2,88	R\$ 144,00
08	50	UND	BATERIA PARA CALCULADORA (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 4,47	R\$ 223,50
09	300	PCT	BLOCO DE RECADO, AUTO ADESIVO, CORES: VARIADAS, EMBALAGEM: 04 BLOCOS DE 100 FOLHAS CADA, Medidas Aproximadas: 38MM X 51MM.	R\$ 9,94	R\$ 2.982,00
10	500	UND	BLOCO DE RECADO, AUTO ADESIVO, EMBALAGEM CONTENDO 04 BLOCOS DE 100 FOLHAS CADA, CORES: VARIADAS Medidas Aproximadas: 76MM X 102MM, Gramatura: 90 gr.	R\$ 12,21	R\$ 6.105,00
11	200	UND	BOBINA DE PAPEL PARA SENHA COM 2000 NÚMEROS, CONTENDO 3 DÍGITOS (000 A 999) PARA USO EM DISPLAY PAINEL ELETRÔNICO	R\$ 13,74	R\$ 2.748,00
12	300	UND	BORRACHA APAGADORA MACIA, COR: BRANCA, COM CAPA PROTETORA DE VINIL, MATERIAL: BORRACHA Medidas Aproximadas: 40MM X 20MM.	R\$ 1,32	R\$ 396,00
13	10	UND	CADEADO EM CORPO DE LATÃO MACIÇO, COM HASTE EM AÇO CEMENTADA E CROMADA, ACOMPANHA 02 CHAVES EM LATÃO NIQUELADA, Nº 30, Medidas Aproximadas: 3x3x2 cm	R\$ 27,38	R\$ 273,80
14	10	UND	CADEADO EM CORPO DE LATÃO MACIÇO, COM HASTE EM AÇO CEMENTADA E CROMADA, ACOMPANHA 02 CHAVES EM LATÃO NIQUELADA, Nº 45, Medidas Aproximadas: 4,5X3,7X2,7X0,8 cm	R\$ 43,59	R\$ 435,90
15	400	UND	CAIXA PARA ARQUIVO DE DOCUMENTO, EM PLASTICO (ARQUIVO MORTO), NAS CORES VARIADAS Medidas Aproximadas: 135 X 250 X 360MM	R\$ 8,21	R\$ 3.284,00
16	120	UND	CALCULADORA ELETRÔNICA, NÚMERO DÍGITOS 12, TIPO MESA (4 OPERAÇÕES BÁSICAS), FONTE ALIMENTAÇÃO SOLAR/BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO, SISTEMA CÁLCULO BINÁRIO, Medidas Aproximadas: 15X12cm	R\$ 36,04	R\$ 4.324,80
17	30	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA COM TUBO EXTERNO EM METAL, COM CORRENTE DE METAL, PARA FIXAÇÃO EM MESA, COM REPOSIÇÃO DE REFIL	R\$ 23,77	R\$ 713,10
18	150	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO DE PLASTICO CRISTAL TRANSPARENTE SEXTAVADO COM FURO DE RESPIRAÇÃO LATERAL NO CENTRO, COM CARTUCHO REMOVÍVEL DE ENCAIXE, ESFERA DE	R\$ 48,49	R\$ 7.273,50

			TUNGSTÊNIO, TINTA AZUL, COM TRAÇO UNIFORME, SEM BORRÕES OU FALHAS, CAIXA COM 50 UNIDADES, Marca de Referência: BIC		
19	100	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO DE PLASTICO CRISTAL TRANSPARENTE SEXTAVADO COM FURO DE RESPIRAÇÃO LATERAL NO CENTRO, COM CARTUCHO REMOVÍVEL DE ENCAIXE, ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA PRETA, COM TRAÇO UNIFORME, SEM BORRÕES OU FALHAS, CAIXA COM 50 UNIDADES, Marca de Referência: BIC	R\$ 43,68	R\$ 4.368,00
20	15	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO DE PLASTICO CRISTAL TRANSPARENTE SEXTAVADO COM FURO DE RESPIRAÇÃO LATERAL NO CENTRO, COM CARTUCHO REMOVÍVEL DE ENCAIXE, ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA VERMELHA, COM TRAÇO UNIFORME, SEM BORRÕES OU FALHAS, CAIXA COM 50 UNIDADES, Marca de Referência: BIC	R\$ 47,79	R\$ 716,85
21	40	CX	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE, A BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICO SECAGEM RÁPIDA COM PONTA CHANFRADA NA COR AMARELA (CX COM 12 UND) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 18,78	R\$ 751,20
22	40	CX	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE, A BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICO SECAGEM RÁPIDA COM PONTA CHANFRADA NA COR ROSA (CX COM 12 UND) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 18,58	R\$ 743,20
23	40	CX	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE, A BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICO SECAGEM RÁPIDA COM PONTA CHANFRADA NA COR VERDE (CX COM 12 UND) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 18,55	R\$ 742,00
24	10	UND	CARREGADOR PARA PILHA AA/AAA RECARREGÁVEIS COM 04 (QUATRO) PILHAS RECARREGÁVEIS AA, com carregamento simultâneo, com indicador de led que indica a carga das pilhas, fonte de alimentação: tomada novo padrão brasileiro – pilhas no mínimo 2500 MAH 1,2 V, níquel hidreto metálico, alta capacidade suporta + ou - 1000 recargas não viciam, longa duração. (Embalagem: 01 carregador + 04 pilhas recarregáveis AA).	R\$ 62,21	R\$ 622,10

25	10	UND	CARREGADOR PARA PILHA AA/AAA RECARREGÁVEIS COM 04 (QUATRO) PILHAS RECARREGÁVEIS AAA, com carregamento simultâneo, com indicador de led que indica a carga das pilhas, fonte de alimentação: tomada novo padrão brasileiro – pilhas no mínimo 1000 MAH, 1,2 V, níquel hidreto metálico, alta capacidade suporta + ou - 1000 recargas não viciam, longa duração. (Embalagem: 01 carregador + 04 pilhas recarregáveis AAA).	R\$ 62,21	R\$ 622,10
26	150	CX	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELOCLIPES EM AÇO NIQUELADO N° 1, CX COM 100 UND, Medidas Aproximadas: 3,03cm	R\$ 3,03	R\$ 454,50
27	150	CX	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELOCLIPES EM AÇO NIQUELADO N° 3/0 CX COM 50 UND, Medidas Aproximadas: 3,65cm	R\$ 3,06	R\$ 459,00
28	150	CX	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELOCLIPES EM AÇO NIQUELADO N° 4/0, CX COM 50 UND, Medidas Aproximadas: 4,07cm	R\$ 3,16	R\$ 474,00
29	100	CX	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELOCLIPES EM AÇO NIQUELADO N° 6/0 CX COM 50 UND, Medidas Aproximadas: 4,55cm	R\$ 3,87	R\$ 387,00
30	100	CX	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELOCLIPES EM AÇO NIQUELADO N° 8/0, CX COM 25 UND, Medidas Aproximadas: 5,38cm	R\$ 3,66	R\$ 366,00
31	50	UND	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA EXTRA FORTE C/ TAMPA ROSQUEÁVEL 5G. – COMPOSIÇÃO: ÉSTER DE CIANOACRÍLICO. OBS.: ACONDICIONADA EM BISNAGA TOTALMENTE DE PLÁSTICO P/ FÁCIL MANUSEIO (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 11,06	R\$ 553,00
32	200	UND	COLA BRANCA, NÃO TÓXICA, BASE EM PVA, 90G (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 3,07	R\$ 614,00
33	200	UND	COLA EM BASTÃO, NÃO TÓXICA, COR: BRANCA PARA APLICAÇÃO EM PAPEL, Embalagem: 10 g Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 2,21	R\$ 442,00

34	50	UND	COLETOR DE IMPRESSÃO DIGITAL FORMATO REDONDO COM MEDIDA APROXIMADA DE 4,5/6,00 CM DE DIÂMETRO, TINTA NA COR PRETA, COM DURABILIDADE DE APROXIMADAMENTE 3.500 IMPRESSÕES. (IMPRESSÃO CLARA E NITIDA, COM SECAGEM RÁPIDA, DE LIMPEZA FÁCIL DOS DEDOS, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, NÃO IRRITA A PELE). (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 49,87	R\$ 2.493,50
35	30	PCT	ELÁSTICO AMARELO Nº 18, PACOTE COM 100 g (PARA DINHEIRO) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 4,38	R\$ 131,40
36	300	UND	ENVELOPE CARTA, DE PAPEL OFFSET, NA COR VERDE BANDEIRA, Medidas Aproximadas:11,4X16,2cm	R\$ 0,31	R\$ 93,00
37	300	UND	ENVELOPE CONVITE, DE PAPEL OFFSET, NA COR VERDE BANDEIRA, Medidas Aproximadas:16X23,5cm	R\$ 0,56	R\$ 168,00
38	4.000	UND	ENVELOPE DE PAPEL OFFSET, BRANCO, GRAMATURA MINIMA 90G/m <sup>2</sup> , TIPO SACO, Medidas Aproximadas: 32,4X22,9cm	R\$ 0,74	R\$ 2.960,00
39	1.500	UND	ENVELOPE DE PAPEL OFFSET, BRANCO, GRAMATURA MINIMA 90G/m <sup>2</sup> , TIPO SACO, Medidas Aproximadas: 41X31cm	R\$ 0,86	R\$ 1.290,00
40	2.000	UND	ENVELOPE DE PAPEL OFFSET, BRANCO, GRAMATURA MINIMA DE 90G/m <sup>2</sup> , Medidas Aproximadas: 24,8X18,5cm	R\$ 0,63	R\$ 1.260,00
41	2.500	UND	ENVELOPE OFÍCIO, DE PAPEL OFFSET, BRANCO, GRAMATURA MINIMA 90G/m <sup>2</sup> , Medidas Aproximadas: 11,4X22,9cm	R\$ 0,31	R\$ 775,00
42	25	CX	ESTILETE EM PLÁSTICO, LÂMINA LARGA EM AÇO INOX, 18 MM, C/ TRAVA, CORES SORTIDAS, Caixa: 12 UND	R\$ 33,45	R\$ 836,25
43	20	CX	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS, COR BRANCA, FORMATO RETANGULAR, NO TAMANHO A4 CONTENDO 01 ETIQUETAS POR FOLHA, Embalagem com 25 unidades	R\$ 45,87	R\$ 917,40
44	20	CX	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS, COR BRANCA, FORMATO RETANGULAR, NO TAMANHO A4 CONTENDO 04 ETIQUETAS POR FOLHA, Embalagem com 25 unidades	R\$ 24,99	R\$ 499,80
45	20	CX	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS, COR BRANCA, FORMATO RETANGULAR, NO TAMANHO A4 CONTENDO 10 ETIQUETAS POR FOLHA, Embalagem com 25 unidades	R\$ 26,13	R\$ 522,60

46	150	UND	EXTRATOR DE GRAMPOS EM METAL COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, MED. APROX. 15 CM	R\$ 2,58	R\$ 387,00
47	100	UND	FITA ADESIVA DUPLA FACE, MATERIAL: POLIURETANO, COR: BEGE Medidas Aproximadas: 18 MM X 30 M (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 11,86	R\$ 1.186,00
48	500	UND	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, MATERIAL: POLIPROPILENO. Medidas Aproximadas 45 MM X 45 M (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 7,15	R\$ 3.575,00
49	50	CX	GIZ DE CERA, MATERIAL: CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO, CORES DIVERSAS, ESPESSURA MÉDIA, Embalagem com 12 unidades (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 7,07	R\$ 353,50
50	100	UND	GRAMPEADOR, P/ PAPEIS, MATERIAL: METAL, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR 30 FLS, P/ GRAMPOS 26/6.	R\$ 35,66	R\$ 3.566,00
51	100	UND	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TAMANHO: 26/6 MM, Embalagem: com 5.000 UND	R\$ 7,40	R\$ 740,00
52	50	CX	LÁPIS DE COR, MATERIAL: MADEIRA, FORMATO CILINDRICO, CORES: VARIADAS, Embalagem com 12 unidades	R\$ 7,11	R\$ 355,50
53	10	CX	LÁPIS PRETO, MATERIAL: MADEIRA, FORMATO: SEXTAVADO, TAMANHO: N° 2.Embalagem: 144 unidades	R\$ 52,50	R\$ 525,00
54	50	UND	MARCADOR DE PÁGINA TRANSPARENTE COM ADESIVO, CORES: SORTIDAS, Medidas Aproximadas: 12X44mm, Embalagem com 170/200 folhas	R\$ 6,65	R\$ 332,50
55	50	CX	MASSA MODELAR, ATÓXICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁGUA/CARBOIDRATOS DE CEREAIS E CLORETO SÓDIO, CORES: SORTIDAS, Embalagem com 12 bastões (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 6,25	R\$ 312,50
56	30	UND	MOLHA-DEDOS, MATERIAL: BASE PLÁSTICA EM CREME ATÓXICO, Embalagem de 12 gramas (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 3,50	R\$ 105,00



57	40	PCT	PAPEL FOTOGRAFICO BRILHANTE, COR BRANCA, FORMATO: A4, GRAMATURA 180. Medidas Aproximadas: 297X210mm, Embalagem: c/ 50 folhas	R\$ 24,36	R\$ 974,40
58	200	UND	PAPEL PARDO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, TIPO PAPEL SEMI-KRAF, COR: PARDA, Medidas Aproximadas: 100X120cm	R\$ 1,12	R\$ 224,00
59	30	PCT	PAPEL TIPO: CASCA OVO, MATERIAL CELULOSE, GRAMATURA 120, APLICAÇÃO IMPRESSORA JATO TINTA, COR BRANCA, Embalagem: c/ 30 folhas	R\$ 20,24	R\$ 607,20
60	50	PCT	PAPEL, TIPO: COUCHÊ, GRAMATURA: 180, COR BRANCA, Medidas Aproximadas: 210X2970mm (TAMANHO A4), Embalagem com 50 folhas	R\$ 19,59	R\$ 979,50
61	200	UND	PASTA SIMPLES, COM ABA E ELÁSTICO, EM PLÁSTICO POLIPROPILENO TRANSPARENTE TAMANHO OFICIO, Medidas Aproximadas: 24,5 X 33,5 cm	R\$ 2,94	R\$ 588,00
62	150	UND	PASTA LARGA (LOMBO DE 4 CM), COM ABA E ELÁSTICO, EM PLÁSTICO POLIPROPILENO TRANSPARENTE TAMANHO OFICIO, Medidas Aproximadas: 24,5 X 33,5 X 4,0 cm	R\$ 5,70	R\$ 855,00
63	100	UND	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO Prensado PLASTIFICADO, LOMBADA FINA (Medida Aproximada: 60 mm), COR PRETA, RENDEADOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUIROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, Medidas Aproximadas: 240X340mm	R\$ 15,09	R\$ 1.509,00
64	100	UND	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO Prensado PLASTIFICADO, LOMBADA LARGA (Medida Aproximada: 80 mm), COR PRETA, RENDEADOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUIROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, Medidas Aproximadas: 240X340mm	R\$ 17,28	R\$ 1.728,00
65	200	PCT	PASTA TIPO: L, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO L, LARGURA 210, ALTURA 297, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VISOR, TAMANHO A4, Medidas Aproximadas: 22X31 cm, Embalagem com 10 unidades	R\$ 9,61	R\$ 1.922,00
66	150	PCT	PASTA TIPO: L, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO L, LARGURA 210, ALTURA 297, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VISOR, TAMANHO OFICIO, Medidas Aproximadas: 23x33,5 Cm, Embalagem com 10 unidades	R\$ 9,61	R\$ 1.441,50
67	80	UND	PERFURADOR P/ PAPÉIS DE MESA, 02 FUIROS DE 07 MM DE DIÂMETRO, CAPACIDADE 35 FLS., EM AÇO DE ALTA QUALIDADE, GUIA AJUSTÁVEL P/ POSICIONAMENTO DO PAPEL, RESERVATÓRIO C/ BANDEJA REMOVÍVEL, COR CHUMBO.	R\$ 50,50	R\$ 4.040,00

68	300	PAR	PILHA ALCALINA, MODELO: AA, (Embalagem com 02 unidades) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 6,60	R\$ 1.980,00
69	550	PAR	PILHA ALCALINA, MODELO: AAA, (Embalagem com 02 unidades) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 7,32	R\$ 4.026,00
70	30	PAR	PILHA RECARREGÁVEL AA NO MÍNIMO 2600 MAH 1,2 V NÍQUEL HIDRETO METÁLICO ALTA CAPACIDADE SUPORTA + OU - 1000 RECARGAS NÃO VICIA LONGA DURAÇÃO. (Embalagem com 02 unidades) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 35,14	R\$ 1.054,20
71	10	PAR	PILHA RECARREGÁVEL AAA NO MÍNIMO 1000 MAH, 1,2 V NÍQUEL HIDRETO METÁLICO ALTA CAPACIDADE SUPORTA + OU - 1000 RECARGAS NÃO VICIAM, LONGA DURAÇÃO. (Embalagem com 02 unidades) (Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 23,10	R\$ 231,00
72	15	CX	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL: PLÁSTICO, PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, COR: AZUL, Embalagem com 12 unidades Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 46,06	R\$ 690,90
73	15	CX	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL: PLÁSTICO, PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, COR: PRETA, Embalagem com 12 unidades Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 48,90	R\$ 733,50
74	15	CX	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL: PLÁSTICO, PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, COR: VERMELHA, Embalagem com 12 unidades Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 50,78	R\$ 761,70
75	15	CX	PINCEL MAGNÉTICO PARA QUADRO BRANCO, MATERIAL: PLÁSTICO, PONTA FELTRO, PONTA GROSSA COM CARGA DESCARTÁVEL, COR AZUL, Embalagem com 12 unidades Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 54,00	R\$ 810,00

76	15	CX	PINCEL MAGNÉTICO PARA QUADRO BRANCO, MATERIAL: PLÁSTICO, PONTA FELTRO, PONTA GROSSA COM CARGA DESCARTÁVEL, COR PRETA, Embalagem com 12 unidades Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 45,19	R\$ 677,85
77	15	CX	PINCEL MAGNÉTICO PARA QUADRO BRANCO, MATERIAL: PLÁSTICO, PONTA FELTRO, PONTA GROSSA COM CARGA DESCARTÁVEL, COR VERMELHA, Embalagem com 12 unidades Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 44,00	R\$ 660,00
78	20	UND	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE GRANDE 40 W	R\$ 47,82	R\$ 956,40
79	80	UND	PORTA-CANETA, MATERIAL: ACRÍLICO, COR:FUMÊ (C/ 3 DIVISÓRIAS), Medidas Aproximadas: 230X100mm	R\$ 16,71	R\$ 1.336,80
80	200	UND	PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL: PVC ACRÍLICO, COR: INCOLOR, COM PREDENDOR DE METAL E CANTOS ARREDONDADOS, Medidas Aproximadas: 360X240mm	R\$ 19,99	R\$ 3.998,00
81	200	UND	RÉGUA PLÁSTICA INCOLOR, GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS, EM MATERIAL FLEXÍVEL, Medidas: 30 cm	R\$ 1,60	R\$ 320,00
82	10	PCT	SACO PLASTICO CRISTAL TRANSPARENTE REFORÇADO - EMBALAGEM DE 1 KG - MEDIDA APROXIMADA 25 X 35 CM	R\$ 24,92	R\$ 249,20
83	10	PCT	SACO PLASTICO CRISTAL TRANSPARENTE REFORÇADO - EMBALAGEM DE 1 KG - MEDIDA APROXIMADA 35 X 45 CM	R\$ 33,93	R\$ 339,30
84	120	UND	TESOURA, MATERIAL INOXIDÁVEL, CABO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO, Medida Aproximada: 19cm	R\$ 14,77	R\$ 1.772,40
85	20	UND	TINTA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO LÍQUIDA, COM COMPONENTES À BASE DE ÁGUA, NA COR PRETA, Embalagem de 40 ml. Validade: Na data da entrega, os produtos não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante)	R\$ 4,15	R\$ 83,00
<b>TOTAL (R\$)</b>					<b>R\$ 104.243,15</b>

#### 4. DO CUSTO ESTIMADO

4.1. O valor estimado do procedimento licitatório é de **R\$ 104.243,15 (cento e quatro mil duzentos e quarenta e três reais e quinze centavos)**;

4.2. A DPE-TO não está prevendo quantidades mínimas a serem adquiridas, promovendo-se a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, em igualdade de condições;

4.3. Caberá a Diretoria de Administração a gestão dos preços registrados, verificando-se a adequação destes aos praticados no mercado e às necessidades demandadas por esta Instituição.

## **5. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

## **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor registrado, condicionado ao atesto do responsável pela fiscalização da execução do objeto e manutenção das condições iniciais de habilitação;

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária;

6.3. O CNPJ constante da nota fiscal ou fatura deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho, vinculado à conta corrente do fornecedor registrado;

6.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor registrado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o órgão gerenciador;

6.5. A DPE-TO reserva-se ao direito de não atestar a nota fiscal ou fatura para o pagamento, caso os dados constantes desta estiverem em desacordo com os do fornecedor registrado e do órgão gerenciador, ou ainda, se os materiais entregues não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Instrumento, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

6.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela DPE-TO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.7. A formalização da despesa se dará por meio de emissão de nota de empenho, a qual substituirá o contrato, conforme prerrogativa prevista no *caput* do artigo 62 da Lei nº. 8.666/93.

## **7. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA**

7.1. Os materiais deverão ser entregues nas instalações da Coordenadoria de Recursos Materiais, Almoxarifado e Patrimônio da DPE-TO, localizada na ACSO 91, Alameda 11, Quadra 05, Lote 01 - Plano Diretor Sul, Palmas-TO, ou em outro local a ser previamente informado ao fornecedor registrado, nos seguintes horários: das 8h às 11h30 e das 14h às 16h30;

7.2. O prazo de entrega dos materiais é de **20 (vinte) dias**, contados da data do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado em caso de pedido formal devidamente justificado pelo fornecedor registrado e acatado pelo órgão gerenciador;

7.3. Os materiais que possuem prazo de validade não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante, no ato da entrega à DPE-TO;

7.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação ao fornecedor registrado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades eventualmente cabíveis.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

8.1. O fornecedor registrado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Termo de Referência, acompanhados da respectiva nota fiscal;

8.2. Ademais, são obrigações do fornecedor registrado:

a) Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;

b) Não subcontratar o objeto do presente Termo;

c) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital;

8.3. Emitida e entregue a nota de empenho ao fornecedor registrado, momento em que este passará a denominar-se Contratado/a, obrigar-se-á:

8.3.1. Pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto licitado;

8.3.2. Por indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a DPE-TO, ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto;

8.3.3. A prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do protocolo de recebimento da demanda;

8.3.4. A responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a esta Instituição;

8.3.5. A reparar ou substituir o material caso durante a entrega do objeto este venha a ser danificado, sem que haja quaisquer ônus para a Contratante;

8.3.6. A providenciar todos os recursos e insumos necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos materiais;

8.3.7. A entregar o material, acondicionado adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas;

8.3.8. A comunicar a DPE-TO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, caso haja;

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

9.1. A unidade demandante da Defensoria Pública do Estado do Tocantins gerenciará a Ata de Registro de Preços.

9.2. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Solicitar o registro do licitante fornecedor e a formalização da correspondente Ata de Registro de Preços;
- b) Acompanhar as despesas decorrentes do presente termo e atestar o recebimento do objeto, ou rejeitá-lo no todo ou em parte;
- c) Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- d) Sugerir a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- e) Responsabilizar-se pela observância quanto às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis a execução do objeto;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de representante especialmente designado para este fim;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.3. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS SANÇÕES**

10.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação; nos seguintes casos:

- a) Não apresentar documentação exigida para o certame;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da sua proposta;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter as condições ofertadas em sua proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do ajustado;
- g) Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;
- h) Cometer fraude fiscal.

10.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no presente Instrumento, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
- b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor contratado;
- c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor solicitado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

10.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

10.5. Caso não seja pago na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante, ou cobrada judicialmente;

10.6. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;

10.7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, levar-se-á em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



Documento assinado eletronicamente por **Jayra Vieira Reis de Sousa Santiago, Diretor(a) de Administração**, em 22/03/2023, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MAGALHAES CORREIA, Gerente de Núcleo I**, em 22/03/2023, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE MAGALHAES CROSARA, Coordenador(a) de Recursos Materiais, Almoxarifado e Patrimônio**, em 22/03/2023, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0742983** e o código CRC **B6F5B37A**.

## ANEXO II

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_/20\_\_.

**OBJETO:** Registro de Preços, para aquisição de materiais de expediente, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme processo licitatório -----, Pregão Eletrônico Nº \_\_\_/20\_\_

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_, A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**, com sede à Quadra 502 Sul, Av. Teotônio Segurado, s/nº, Plano Diretor Sul, CEP: 77.021-654, em Palmas-TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.248.660/0001-35, neste ato representada por seu Primeiro Subdefensor Público-Geral, **Pedro Alexandre Conceição A. Gonçalves, Ato nº 299 de 29 de novembro de 2022**, publicado no **Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins nº 373, de 29/11/2022**, e no exercício das atribuições legais que lhe são conferidas por meio do **Ato nº 34/2021, publicado no Diário Oficial nº 5.777, de 29 de janeiro de 2021**, com alterações, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, neste ato, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, e, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica da Defensoria Pública, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

## 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para aquisição de materiais de expediente, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, nos quantitativos e especificações constantes no ANEXO I do Edital do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_/20\_\_\_**.

## 2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

**2.1.** Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico nº .../20... para Registro de Preços**, e seus Anexos, Processo Licitatório nº -----, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

## 3. DA VIGÊNCIA DA ATA

**3.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

## 4. DO PREÇO

**4.1.** Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico.

**4.2.** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.



**4.2.1** Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

**4.3.** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

## **5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

### **5.2 DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S)**

**FORNECEDOR: (---) – CNPJ N° (---)**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	
				UNIT.	TOTAL

## **6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**6.2.** O cancelamento do seu registro poderá ser:

**6.2.1.** A pedido do próprio Fornecedor Registrado, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**6.2.2.** Por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

**a)** O fornecedor registrado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**b)** O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
  - d) O fornecedor registrado não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
  - e) O fornecedor registrado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
  - f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.
- 6.3.** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão Gerenciador fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os proponentes a nova ordem de registro.

## **7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** A presente Ata será divulgada no portal da internet [www.defensoria.to.def.br](http://www.defensoria.to.def.br) e terá seu extrato publicado no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

8.1. São obrigações do fornecedor registrado:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;
- b) Não subcontratar o objeto do presente ata
- c) Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital;

8.2. Emitida e entregue a Nota de Empenho ao FORNECEDOR REGISTRADO, momento em que passará a denominar-se CONTRATADO, obrigando-se a:

8.2.1. Pela observância das Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto licitado;

8.2.2. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a DPE-TO, ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto;

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do protocolo de recebimento da demanda;

8.2.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica em relação à sua equipe de trabalho, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a esta Instituição;

8.2.5. Reparar ou substituir o material caso durante a entrega do objeto este venha a ser danificado, sem que haja quaisquer ônus para a Contratante;

8.2.6. Providenciar todos os recursos e insumos necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos materiais;

8.2.7. A entregar o material, acondicionado adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas;

8.2.8. A comunicar a DPE-TO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, caso haja

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. A Unidade demandante da Defensoria Pública do Estado do Tocantins gerenciará a Ata de Registro de Preços.

9.2. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Solicitar o registro do licitante fornecedor e a formalização da correspondente Ata de Registro de Preços;
- b) Acompanhar as despesas decorrentes da presente ata e para atestar a prestação dos serviços), ou rejeitá-los no todo ou em parte, em relação às suas próprias contratações;
- c) Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, em relação às suas próprias contratações;
- d) Sugerir a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações.
- e) Responsabilizar-se pela observância quanto às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis a execução do objeto;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de representante especialmente designado para este fim;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.3. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

10.1. Os materiais deverão ser entregues nas instalações da Coordenadoria de Recursos Materiais, Almoxarifado e Patrimônio da DPE-TO, localizada na ACSO 91, Alameda 11, Quadra 05, Lote 01 - Plano Diretor Sul, Palmas-TO, ou em outro local a ser previamente informado ao fornecedor registrado, nos seguintes horários: das 8h às 11h30 e das 14h às 16h30;

10.2. O prazo de entrega dos materiais é de **20 (vinte) dias**, contados da data do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado em caso de pedido formal devidamente justificado pelo fornecedor registrado e acatado pelo órgão gerenciador;

10.3. Os materiais que possuem prazo de validade não deverão ter data inferior a 70% (setenta por cento) do período total para uso ou consumo oferecido pelo fabricante, no ato da entrega à DPE-TO;

10.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação ao fornecedor registrado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades eventualmente cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados após o recebimento da nota fiscal ou nota fiscal/fatura, por meio de crédito em conta bancária, após efetiva emissão das notas fiscais ou notas fiscais/faturas e comprovação quanto à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, condicionado ao atesto do setor responsável;

11.2. O CNPJ constante da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho, vinculado a conta corrente da CONTRATADA;

11.3. A DPE-TO reserva-se ao direito de não atestar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura para o pagamento, caso os dados constantes desta estiverem em desacordo com os dados da CONTRATANTE/CONTRATADA, ou ainda, se o objeto não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste Instrumento, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

11.4. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela DPE- TO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

## **12. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Caberá ao órgão aderente à Ata de Registro de Preços verificar junto ao Fornecedor Registrado a capacidade de fornecimento dos objetos registrados, bem como consultar o Órgão Gerenciador sobre a sua anuência.

12.2. Caberá ao Fornecedor Registrado beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos objetos decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador.

12.3. Os fornecimentos adicionais não poderão exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado** para o Órgão Gerenciador.

12.4. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados**.

12.5. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

12.6. Compete ao órgão, não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor Registrado das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

### **13. DAS SANÇÕES**

13.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar documentação exigida para o certame;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado em edital;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter as condições ofertadas em sua proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do ajustado;
- g) Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;
- h) Cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no instrumento convocatório e nota de empenho, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
- b) Multa compensatória / indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor Contratado;
- c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor solicitado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

13.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

13.5. Caso não seja pago na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante ou cobrada judicialmente;

13.6. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, as demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;

13.7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, será garantido o contraditório e a ampla defesa.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

14.2. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da ata.

14.3. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

## **15. DO FORO**

15.1. Para dirimir, na esfera judicial, às questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada pelos signatários deste instrumento.

Palmas, ..... de ..... de 20\_\_.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO A. GONÇALVES**  
**PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

**FORNECEDOR REGISTRADO**

**ANEXO II**  
**MODELO PROPOSTA READEQUADA**

Processo Interno: ---

Pregão Eletrônico nº --/20--.

Empresa: [Nome da Empresa]

CNPJ: [CNPJ da empresa]

Conta corrente: [Titularidade da empresa]

Endereço: [Endereço da empresa]

Telefone: [Telefone da empresa]

E-mail: [Endereço eletrônico da empresa]

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_/20\_\_\_ e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R\$ \_\_\_\_ \_\_\_\_ \_\_\_\_ [valor por extenso], conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	
				UNIT.	TOTAL

Local e data

---

Assinatura e carimbo

(Responsável da empresa)

**Observações:**

- A licitante deverá ajustar a tabela acima de acordo com o(s) Item(ns) para o(s) qual(is) está apresentando a proposta.
- Emitir em papel que identifique a licitante.

\_\_\_\_\_  
Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s) ....

---

---

